



## **CARTA DIRIGIDA AO PRIMEIRO-MINISTRO E MINISTRA DO AMBIENTE SOBRE O ACORDO EPAL-MEKOROT**

Ao tomar conhecimento do acordo celebrado entre a EPAL e a companhia israelita de águas, Mekorot, alegadamente, de cooperação técnica no domínio das questões de segurança do fornecimento de água, decidimos, enquanto sindicato amplamente representativo dos trabalhadores do sector das águas em Portugal e organização activa na defesa da água como bem público e direito humano fundamental, instrumento de paz e solidariedade, dirigir-lhe esta carta com o propósito de lhe manifestar a nossa mais profunda discordância relativamente a este processo.

Na verdade, este não é um acordo comercial como outro qualquer. Não, quando um dos intervenientes, a empresa Mekorot, está ligada e é responsável pela implementação de uma política de água que assenta na violação do direito internacional, no esbulho dos recursos hídricos dos territórios ocupados e na brutal discriminação negativa dos palestinianos no acesso à água em quantidade e qualidade adequadas a uma vida digna, bem como aos serviços de saneamento.

O resultado dessa política traduz-se numa desigualdade impressionante. Dados do relatório da ONU de Julho de 2007, elaborado pelo OCHA (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs) revelam que Israel açambarca anualmente 490 milhões de metros cúbicos dos 600 milhões produzidos pelos aquíferos da Cisjordânia. O povo palestiniano, que teria o direito a essa água, apenas fica com os restantes 110 milhões de metros cúbicos. A situação na Faixa de Gaza é ainda mais dramática, em especial desde a “Operação Chumbo Derretido”, iniciada em Dezembro de 2008. Em consequência, o consumo palestiniano diário per capita (cerca de 60 litros) situa-se claramente abaixo do mínimo (100 litros) recomendado pela OMS, ao passo que o consumo israelita vai muito além desse mínimo e do necessário (330 litros).

De acordo com a Amnistia Internacional, cerca de 200.000 palestinianos da Cisjordânia não têm acesso a água corrente. Os palestinianos são vítimas de cortes arbitrários de água. O preço pago por um consumidor palestiniano é muito superior ao preço pago por um israelita.

Esta é uma situação intolerável. E por isso é cada vez maior e mais generalizada a sua condenação.

É por isso que consideramos que o acordo celebrado pela EPAL é incompreensível, imoral e injustificável, tal como é inaceitável a posição do seu Conselho de Administração neste processo, pelo que apelamos a V.Exa para que exerça o poder de tutela e adopte as medidas necessárias para revogar aquele acordo o mais rapidamente possível.

Essa é a única atitude que pode prestigiar Portugal.

Com os nossos respeitosos cumprimentos.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2009

A Direcção Nacional do STAL

*(Foi dado conhecimento desta carta ao Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares)*